



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil



ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 4

“CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

MR4.1. Sociedade e Cultura de Fronteira

EMENTA

Esta mesa propõe-se a discutir fronteiras no Prata, contemplando diferentes temporalidades e espacialidades com enfoques voltados aos guaranis, às missões jesuíticas, aos migrantes dos séculos XIX e XX e às ideologias nacionalistas e de integração. Poderão ser trazidos ao debate estudos e reflexões que apontam para relações sociais transfronteiras, para vivências à margem das intencionalidades oficiais e de discursos hegemônicos. A composição da mesa proposta atentou para a inserção interinstitucional, para a interdisciplinaridade e vínculos com programas de pós-graduação que trabalham com fronteiras.

Coordenador: Valdir Gregory – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - BRASIL)
Carmen Curbelo: Universidad de la Republica Uruguay - (UDELAR - URUGUAY)
Ernelo Schallenger – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – BRASIL)
Jones Dari Goeter: Universidade Federal da Grande Dourados - (UFGD - BRASIL)
Ricardo Carlos Abinzano: Universidad Autónoma de Misiones – (ARGENTINA)

RESUMOS APROVADOS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL LATINO-AMERICANO: O TRADICIONALISMO E A IDENTIDADE GAÚCHA (autor(es/as): Ana Carolina Rios Gomes)

O RAP ENTRE FRONTEIRAS: PRÁTICAS ESTÉTICO-MUSICAIS LATINO AMERICANAS (autor(es/as): Angela Maria de Souza)
REMANESCENTES DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS DE NOSSA SENHORA LORETO E SANTO INÁCIO MINI NA PROVÍNCIA DO GUAIARÁ-1608-1639 (autor(es/as): BERENICE SCHELBAUER DO PRADO)

O CIRCUITO ROCKEIRO NA TRÍPLICE FRONTEIRA (autor(es/as): Franciele Cristina Neves)

A SOCIEDADE DE CONSUMO: ANÁLISES NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI (autor(es/as): Luana Caroline Künast Polon)

Cortando a cerca: uma escola do campo frente a multiculturalidade contemporânea (autor(es/as): Lydia Maria Assis Brasil Valentini)

Movimento Hip-Hop como manifestação cultural: Uma análise do léxico de letras de rap em Foz do Iguaçu. (autor(es/as): RONALDO SILVA)

INTEGRALIZAÇÃO LATINOAMERICANA: AFIRMAÇÃO CULTURAL OU JOGADA IMPERALISTA? (autor(es/as): Victor Alves Pereira)

Sankofá- Abaetê: Construindo diretrizes, resgatando nossas raízes (autor(es/as): Vilisa Rudenco Gomes)

SAÚDE SEM FRONTEIRAS - REDE BINACIONAL DE SAÚDE NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): Daniela da Rosa Curcio et alii.)

MR4.2. Apropriação, Usos do Território e Práticas Sociais Diferenciadas

EMENTA

Os trabalhos da presente mesa circunscrevem-se às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelos participantes, que têm como referência diferentes sujeitos (quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores rurais dentre outros) e práticas sociais, em distintos contextos. Os trabalhos explicitam diversos aspectos da problemática relativa à organização, apropriação e uso do território. O fio condutor das reflexões está referido às diferentes formas e estratégias utilizadas por esses sujeitos face às definições e redefinições recentes do território.

Coordenador: Joaquim Shiraishi Neto: Universidade estadual do Amazonas - (UEA - BRASIL)
Luís Fernando Cardoso e Cardoso: Universidade Federal do Pará - (UFPA - BRASIL)
Rosirene Martins Lima: Universidade estadual do Maranhão - (UEMA - BRASIL)
Ana Paulina Aguiar Soares: Universidade estadual do Amazonas – (UEA - BRASIL)

MEMÓRIAS DA GUERRA DO CONTESTADO- A CULTURA POPULAR ATRAVÉS DA RELIGIOSIDADE NO MONGE JOÃO MARIA DE JESUS EM MARILÂNDIA DO SUL. (autor(es/as): Bruno Augusto Florentino)

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUA INTERFACE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ROSANA-SP (autor(es/as): CLEDIANE NASCIMENTO SANTOS)

REFLEXÕES ENTRE A MANUTENÇÃO DAS IDENTIFICAÇÕES RURAIS E A INFLUÊNCIA DAS MODERNIDADES NA VILA DO DISTRITO DE GUARAGI - PONTA GROSSA (PR) (autor(es/as): FABELIS MANFRON PRETTO)

ÍNDIOS, TAPUIOS E “CABOCOS”. CULTURAS E IDENTIDADES MARGINAIS NA MANAUS DE ONTEM E HOJE. (autor(es/as): PAULO MARREIRO DOS SANTOS JÚNIOR)

TOPOFILIA & TOPOFOBIA – TOPOCIDIO & TOPO-REABILITAÇÃO: A MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA EXPRESSA NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE DIAMANTINA-MG (autor(es/as): RAHYAN DE CARVALHO ALVES)

ARELAÇÃO SER HUMANO/ NATUREZA – REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO. (autor(es/as): ROSANA BARROSO MIRANDA).

MR4.3. Territórios, Memórias e Identidades latino-americanas

As ciências humanas e em especial as sociais desenvolveram no século XX teorias e metodologias para compreender e explicar como se elaboraram concepções de territórios, memórias e identidades, sobretudo na produção intelectual latino-americana. Atualmente, os estudos de caráter socioambiental contribuem sobremaneira com esses avanços, especialmente se forem considerados os aportes da antropologia, da geografia cultural, da história, da psicologia social e da sociologia. Além de localizar esses avanços, é fundamental trazer para o debate os resultados das pesquisas realizadas com esses múltiplos enfoques entre as dimensões da natureza e da sociedade

Coordenação: Salete Kozel – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Maria Geralda de Almeida: Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade de Goiás - (IESA/UFG – BRASIL)
Álvaro Luiz Heidrich: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – (UFRGS – BRASIL)
Sandra Valeska Fernandez Castillo: Universidad de Concepción - (CHILE)
Alicia M. Lindon Villoria: Universidad Autónoma Metropolitana - (UAM – MÉXICO)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

“OUTROS” IMAGINADOS: AS REPRESENTAÇÕES DOS CIDADÃOS LATINO-AMERICANOS SOBRE AS CIDADES PRÓXIMAS E DISTANTES (autor(es/as): **carla beatriz santos menegaz**)

100 Anos de História: Alguns Elementos Formadores da Identidade Cultural do Território do Contestado (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

Guimarães Rosa no labirinto chamado América Latina (autor(es/as): **iolanda cristina dos santos**)

Los lugares de Memoria como lugares de Aprendizaje, tres estudios de caso: Santiago de Chile y Medellín-Colombia” (autor(es/as): **Karen Andrea Vásquez Puerta**)

A FESTA KALUNGA DE NOSSA SENHORA DE APARECIDA: IDENTIDADE TERRITORIAL E REAPROXIMAÇÃO ÉTNICA (autor(es/as): **Luana Nunes Martins de Lima**)

REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E SIMBÓLICAS: AS IDENTIDADES DAS FESTAS DO BOI-A-SERRA NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO (autor(es/as): **Maisa França Teixeira**)

A construção do Patrimônio Cultural a partir do imaginário da população de Marechal Cândido Rondon - PR: um estudo sobre o lugar de memória Casa Gasa (autor(es/as): **Paulo Henrique Heitor Polon**)

A INFLUÊNCIA DO TURISMO NA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL: O CASO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO (autor(es/as): **Saulo Ribeiro dos Santos**)

IDENTIDADE E FÉ NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SERGIPE (autor(es/as): **Solimar Guindo Messi as Bonjardim**)

MR4.4. Espaço, gênero e sexualidades na América Latina

EMENTA

A mesa redonda tem como objetivo realizar uma reflexão sobre as relações de gênero que envolvem o processo de organização social, econômica e cultural dos territórios da América Latina, evidenciando as hierarquias e desigualdades baseadas nos papéis sociais insituídos para homens e mulheres.

Coordenadora: Joseli Maria Silva - Universidade Estadual de Ponta Grossa – (UEPG - BRASIL)

Marlene Tamanini: Universidade Federal do Paraná – (UFPR - BRASIL)

Diana Lan: Universidad Nacional del Centro – (UNC - ARGENTINA)

Maria das Graças Silva Nascimento Silva: Universidade Federal de Rondônia – (UFR – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E A CULTURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS (autor(es/as): **ALEXANDRA PINGRET**)

PELOTÓN MARIANA GRAJALES: O OLHAR DA REVISTA MUJERES NO ANO DE 1971 (autor(es/as): **Andréa Mazurok Schactae**)

NA ARGENTINA TANGOS, NO BRASIL TRAGÉDIAS! LÁ MATRIMÔNIO IGUALITÁRIO, AQUI UNIÃO CIVIL (autor(es/as): **CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES**)

ECONOMIA SOLIDÁRIA, RELAÇÕES DE GÊNERO E COLETADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL: LIMITES E AVANÇOS (autor(es/as): **Edinara Terezinha de Andrade**)

As mulheres do tráfico e a violência de gênero (autor(es/as): **Fernanda Pereira Luz**)

ARTICULAÇÕES EM REDE NA AMÉRICA LATINA: O CASO DE CDDLA E “CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR” NO BRASIL (autor(es/as): **Francine Magalhães Brites**)

OS SUJEITOS NA MARGEM DA CULTURA - CONFLITOS NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS LATINO AMERICANOS (autor(es/as): **Gustavo Luiz Ferreira Santos**)

Habilidades Sociais e Sexualidade: A construção Identitária na Adolescência (autor(es/as): **Priscilla de Castro Campos Leitner**)

AS UNIÕES HOMOAFETIVAS CONFORME O BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE E UMA PROTEÇÃO NORMATIVA GLOBAL: GARANTINDO DIREITOS HUMANOS (autor(es/as): **Rafael da Silva Santiago**)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE LGBT NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ: UMA REFLEXÃO SOBRE SUAS APLICABILIDADES NO CONTEXTO DA EJA E PROEJA (autor(es/as): **Reinaldo Kovalski de Araujo**)

O MEDO NA CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO DA PERIFERIA DE DIFERENTES ÁREAS URBANAS DE PONTA GROSSA, PR (autor(es/as): **RENATO PEREIRA**)

MR4.5. Sociedades Tradicionais: imagens, tempo, espaço e saberes sobre a natureza

EMENTA

Em sua interação com a natureza, com distintas conformações, as chamadas “sociedades tradicionais” ou as sociedades originárias, constroem, historicamente, em seu universo mental, imaginário e práticas ecoprodutivas, uma cultura própria que envolve o conhecimento e respeito aos ciclos e movimentos naturais, atribuindo significado à sua vida material e imaterial – aos espaços ou territórios de que fazem parte. Isso envolve ritmos de tempo diferenciados dos ritmos caracteristicamente produtivistas que regem as sociedades urbano-industriais, os quais se pautam, fundamentalmente, numa temporalidade cronometrada e aritmetizada – no tempo da fábrica. Contrapor essas diferentes culturas, em sua lógica própria, focalizando, particularmente, as imagens, ritmos temporais, territorialidades e saberes patrimoniais das “sociedades tradicionais” e/ou originárias, significa pensarmos numa política de futuro na qual se inscreva o grande legado que tais sociedades detêm no trato com a natureza, com base em sua cosmovisão, práticas e expressões culturais próprias, para a construção de novas formas societárias, numa síntese histórica, de futuros inéditos.

Coordenadora: Lúcia Helena de Oliveira Cunha: Universidade Federal do Paraná (UFPR – BRASIL)

Carlos Galano: Universidad Nacional de Rosario - (UNR- ARGENTINA)

Carlos Walter Porto Gonçalves: Universidade Estadual do Rio de Janeiro - (UERJ- BRASIL)

Liliana Porto: Universidade Federal do Paraná - (UFPR-BRASIL)

Arturo Argueta: Universidad Nacional Autónoma de México - (UNAM-MÉXICO)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

MULTICULTURALISMO, TURISMO E COMUNIDADES TRADICIONAIS: CAMPOS DE COEXISTÊNCIA E VIVENCIALIDADE? (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

Seringueiros do Acre - Imaginário e Paisagem Cultural (autor(es/as): Janaína Mourão Freire).

AS PAISAGENS CULTURAIS DO/NO ESPAÇO FESTIVO DA COMUNIDADE ENGENHO II EM CAVALCANTE – GOIÁS: UM OLHAR À LUZ DA GEOGRAFIA CULTURAL (autor(es/as): **JORGEANNY DE FATIMA RODRIGUES MOREIRA**)

RECONHECIMENTO DAS ICCAS (ÁREAS CONSERVADAS POR COMUNIDADES INDÍGENAS E LOCAIS) NAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: DISCUSSÕES ATUAIS. (autor(es/as): **Luciene Cristina Rizzo**)

MR4.6. História e Literatura na América Latina

EMENTA

Na produção historiográfica recente, a literatura vem surgindo como uma fonte que oferece importantes recursos de análise da sociedade. Incorporada solidamente no conjunto de inovações de fontes, métodos e problemáticas que há algumas décadas transformaram a experiência da pesquisa histórica, a literatura está presente hoje numa pluralidade de estudos que pretendem compreender o intrincado universo das experiências mais subjetivas de homens e mulheres. Na América Latina a literatura tem ocupado importante papel no movimento da sociedade. Seja ela abordada desde o ponto de vista da materialidade do livro, da localização social do escritor, de suas “redes de interlocução”, bem como numa análise dos significados do texto, das representações da realidade que ele traz. Pensar a América Latina desde o ponto de vista dessa relação é a reflexão central que norteia o debate aqui proposto

Coordenadora: Ana Amélia de Moura C. de Melo: Universidade Federal do Ceará (UFC - BRASIL)

Tracy Devine Guzman: Duke University of Miami – (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA)

Soledad Falabella Luco: Universidad Diego Portales – (UDP - CHILE)

Adelaide Maria Gonçalves Pereira: Universidade Federal do Ceará – (UFC - BRASIL)

Ivone Cordeiro Barbosa: Universidade Federal do Ceará – (UFC - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Cartas de Nova York - José Martí Correspondente (autor(es/as): **Amanda Leite de Sampaio**)

O TURISTA APRENDIZ, DE MÁRIO DE ANDRADE VERSUS EL ZORRO DE ARRIBA Y EL ZORRO DE ABAJO, DE JOSÉ MARIA ARGUEDAS – UMA APROXIMAÇÃO LITERÁRIA E SOCIOLÓGICA NO PANORAMA LATINO AMERICANO (autor(es/as): **CRISTIANO MELLO DE OLIVEIRA**)

O espaço da ficção na identidade em invenção e memória, de Lygia Fagundes Telles (autor(es/as): **Fernando de Moraes Gebra**)

Jorge Luis Borges e o Populismo Argentino (1946-1955) (autor(es/as): **Fernando de Moraes Gebra**)

Bahia 1860: o Brasil de Maximiliano (autor(es/as): **Flávia Silvestre Oliveira**)

OS INTELLECTUAIS E A NOVA ATENAS: Um estudo das representações nas obras dos literatos maranhenses no início da Primeira República (autor(es/as): **PATRICIA RAQUEL LOBATO DURANS**)

MR4.7. - Interculturalidade, Identidades e Arte Latinoamericana.

EMENTA

A mesa propõe-se a discutir as questões anunciadas, do ponto de vista da crítica de arte e dos artistas, aqui representados por Hector Guido (teatro) e Pavel Egúez (artes plásticas). A partir do enfoque das políticas de subjetivação e suas interfaces (Suely Rolnik) e da interculturalidade que se acentua na resistência da arte em tempos globais, sobretudo, nas zonas transitórias (Ticio Escobar), quer desencadear o debate sobre os recursos críticos e expressivos que se manifestam na arte atual da nossa América, frente ao “esteticismo brando” regido pelos mercados globais, que desvia o capital simbólico e gera territórios homogeneizados

Coordenadora: Mariza Bertoli – Universidade de São Paulo – (USP – BRASIL)

Maria José Justino: Escola de Música e Belas Artes do Paraná - (EMBAP-PR - BRASIL)

Ticio Escobar: Ministro da Cultura do Paraguai - (PARAGUAY)

Hector Guido: Diretor de Cultura de Montevideo - (URUGUAI)

Gustavo Pavel Egúez: Artista Plástico - (EQUADOR)

RESUMOS APROVADOS

Entre balas e belas - Comunicação e Moda nas favelas cariocas (autor(es/as): **Alexandra Santo Anastacio**)

PAISAGENS CULTURAIS E FRONTEIRAS (autor(es/as): **Beatriz Helena Furlanetto**)

INDÍGENAS: ENTRE REPRESENTAÇÕES E DISCURSOS (autor(es/as): **Eder Augusto Gurski**)

DE LA CULTURA ORAL A LA DIGITAL: SABERES, MEMORIAS Y NARRATIVAS EN LA TRANSCULTURA. PERSPECTIVAS DESDE LA UNIVERSIDAD INDÍGENA DE VENEZUELA (autor(es/as): **Fabiana Anciutti Orreda**)

O ATOR E O GRUPO: DISCURSOS SOBRE O TEATRO FEITO NA UNIVERSIDADE (autor(es/as): **JEAN CARLOS GONÇALVES**)

FESTAS POPULARES E SUAS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS: LUGAR DE PROMOÇÃO DO PERTENCIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS SUBALTERNAS. (autor(es/as): **Katia Maria Roberto de Oliveira Kodama**)

ASPECTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NO MERCOSUL A Indústria Fonográfica como fator de aproximação entre Brasil e Argentina (2003 – 2011) (autor(es/as): **marcello de souza Freitas**)

SUSTENTABILIDADE CULTURAL: MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO DE PEQUENOS ACERVOS - RELATO DE EXPERIÊNCIA (autor(es/as): **Rafael Schultz Myczkowski**)

FALA JUVENTUDE! UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE, CULTURA E LAZER (autor(es/as): Sandra Rangel de Souza)

O Autorretrato Ampliado (autor(es/as): **Terezinha Pacheco dos Santos Lima**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil



AS RELAÇÕES SOCIEDADE E NATUREZA. REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO.

Rosana Barroso MIRANDA¹

RESUMO

O presente estudo aponta argumentos teóricos e estudos de caso que tratam a relação Ser Humano – Natureza sob a perspectiva de distintos modos de apropriação de recursos. Como estudo de caso, analisou as dinâmicas de apropriação de recursos econômicos de manguezais (ostra-do-mangue, sururu e caranguejo-uçá), suas heterogeneidades ambientais e os saberes das comunidades pesqueiras artesanais do complexo estuarino da Baía de Paranaguá. Concluiu-se que: as dinâmicas de apropriação dos recursos apresentam-se profundamente articuladas com os saberes comunitários sobre os ecossistemas de manguezais; a pesca artesanal e o extrativismo da fauna bêntica dos manguezais funcionam como um sistema integrado; as relações simbólicas e materiais dessas comunidades com as heterogeneidades dos ecossistemas e dos seus recursos são marcadas por interdependências ecológicas, econômicas e socioculturais, embasadas em relações ora de solidariedade, ora de rivalidade, tanto dentro quanto fora das comunidades; e que apesar de a atual legislação brasileira e estadual de proteção aos manguezais estar embasada em uma concepção ecológica simplificadora, que trata esses ecossistemas como unidades homogêneas, os pescadores artesanais reconhecem as distintas fisiografias locais e com elas interagem a ponto de condicionar os modos de apropriação dos recursos bênticos de maneira dinâmica e interdependente.

INTRODUÇÃO

As noções de *Natureza* e da relação *Ser Humano/Natureza* geram um debate teórico e político marcado pela dicotomia de pensamento entre biocentristas e antropocentristas, bem como entre concepções preservacionistas, conservacionistas e desenvolvimentistas.

Ao se considerar a relação *Ser Humano/Natureza*, e a ideia estanque de pensar apropriação da *Natureza* a partir de uma lógica única², desconsidera-se as diversas

¹Vice-presidente da ONG AVICENNIA (email: rosanabarrosomiranda@hotmail.com)



lógicas de apropriação social dos recursos, sob a perspectiva da sociodiversidade, posto que diferentes modalidades de apropriação interferem na condição de conservação dos recursos, e na possibilidade de sucesso de distintas condutas de regulação de seus usos.

Segundo FEENY *et al.* (2001), podem-se identificar quatro categorias de direito de propriedade: (a) de *livre acesso*, na qual há ausência de direitos de propriedade bem definidos; (b) de *propriedade privada*, quando há direitos de exclusão de terceiros, exploração e regulação de exploração, delegados a indivíduos; (c) de *propriedade comunal*, quando existem recursos manejados por uma comunidade identificável de usuários interdependentes; e (d) de *propriedade estatal*, quando os direitos aos recursos estão alocados exclusivamente no governo, com poderes coercivos.

Entretanto, as formas hegemônicas de apropriação dos recursos naturais brasileiros têm considerado, de maneira geral, apenas dois tipos de propriedade: a propriedade privada e a estatal.

É importante ressaltar que, no contexto brasileiro, a discussão sobre regimes de propriedade comum ganha força por conta da luta dos povos extrativistas amazônicos, que, ao se organizarem institucionalmente, adquirem direitos comunais de manejo de seus recursos, por meio da criação de reservas extrativistas (CUNHA *et al.*, 1992; MOREIRA, 2000). A partir desse marco político, as produções acadêmicas sobre as formas de regime comunal de manejo de recursos voltam-se para o estudo de outras populações tradicionais, particularmente para as comunidades pesqueiras (CUNHA & ROUGELLE, 1989; BEGOSSI, 2001; DIEGUES, 2001 b; MOREIRA, 2000, MIRANDA, 2004).

No caso específico dos ecossistemas de manguezais, estes se encontram na categoria de propriedade estatal. Entretanto, na prática, esses ambientes, originariamente manejados de forma comunal, têm sido tratados como propriedade de livre acesso, porque a restrição de seu uso para as comunidades pesqueiras tradicionais os coloca à mercê de quaisquer usuários que deles pretenda dispor.

No presente estudo apresenta-se uma análise dos modos de apropriação das comunidades pesqueiras do complexo estuarino da Baía de Paranaguá e suas relações simbólicas e materiais com os manguezais e seus recursos. A complexidade das relações sociais entre essas comunidades, como se verá adiante, demanda um cuidado especial

² A obra “A tragédia dos comuns” de HARDIN (1968) previa o destino inevitável da sobre-exploração dos recursos manejados de forma comunal, concluindo que a liberdade em relação ao uso e apropriação de recursos comuns gera a ruína de todos; ideia essa que incorporou-se nos estudos convencionais sobre planejamento ambiental e uso de recursos (MC EVOY, 1988), influenciando as concepções de Natureza contidas no direito ambiental (*apud*: FEENY *et al.*, 2001).



devido às suas interdependências com territórios e recursos, relações de compadrio, bem como solidariedades e rivalidades potenciais, intra e intergrupais.

Esse quadro de interdependências ecológicas, econômicas e socioculturais demanda uma atenção às formas de organização comunal, e não é interesse primeiro deste estudo construir uma normatividade sobre a gestão dos manguezais locais, mas, sim, indicar possibilidades viáveis para o manejo desses recursos, almejando a melhoria da qualidade de vida e das relações socioeconômicas dessas comunidades.

Com o intuito de colaborar com as necessárias reflexões sobre alternativas de manejo dos recursos naturais, esse ensaio pretende apontar alguns argumentos teóricos e estudos de caso que repensam a relação Ser Humano – Natureza, sob a perspectiva da co-evolução.

A noção de propriedade e de modos de apropriação dos recursos naturais

O termo “propriedade comum” tem sido confusamente compreendido como a *ausência de propriedade* ou o *livre acesso* a recursos naturais – sem que direitos e responsabilidades tenham sido definidos – e não como uma determinada forma de propriedade (MCKEAN & OSTROM, 2001). Entretanto, em regimes de propriedade comum, um grupo particular de indivíduos divide os direitos de acesso aos recursos, o que caracteriza explicitamente uma forma de propriedade. Nessa perspectiva, existem direitos e estes são comuns a um determinado grupo específico de usuários que têm direitos comuns (RUNGE, 1981; 1984; 1992; BROMLEY & CERNEA, 1989; BROMLEY *et al.*, 1992 *apud* MCKEAN & OSTROM, 2001; BERKES & FAVAR, 1989).

Para BERKES (1989), esses *recursos de propriedade comum* têm como características básicas a exclusividade ou controle de acesso, bem como a capacidade de subtração ou rivalidade entre grupos onde existem divergências potenciais entre as racionalidades individuais e coletivas. Dessa maneira, os *recursos de propriedade comum* são uma classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso conjunto envolve subtração.

Nesse contexto, os sistemas de representação e de valores compartilhados pelos membros da sociedade podem definir acordos para a regulação do uso dos recursos. Esse uso decorreria não somente das pressões induzidas pela busca de satisfação de necessidades imediatas de sobrevivência, mas fundamentalmente daquelas oriundas do universo simbólico que permeia todo o tecido da vida social (VIEIRA & WEBER, 1997).



A esse sistema de ideias, VIEIRA & WEBER (1997) propõem a concepção de *gestão patrimonial*. A idéia de patrimônio prevê uma interação política eficaz entre a esfera científica e a esfera da ação planejadora. Assim, as noções de *viabilidade* e de *patrimonialidade* são funcionais, abrindo, por sua vez, perspectivas instrumentais e possibilidades legais de ações protagonistas das comunidades humanas com estreitos vínculos com os ambientes específicos.

A partir dessa análise, WEBER & REVÉRET (1993 *apud* WEBER, 1997) elaboram o conceito de *modos de apropriação*. Esse conceito apresenta análises tanto das dimensões materiais quanto das dimensões simbólicas dos *processos dinâmicos* de apropriação dos recursos naturais. Envolve o estudo de: (a) *sistemas de representações cognitivas* dos atores sociais implicados; (b) *usos possíveis dos recursos*; (c) *modalidades de acesso e de controle do acesso* aos recursos; (d) *modalidades de transferência de direitos de acesso* e (e) *modalidades de repartição ou partilha* dos recursos ou dos frutos de sua exploração (VIEIRA & WEBER, 1997).

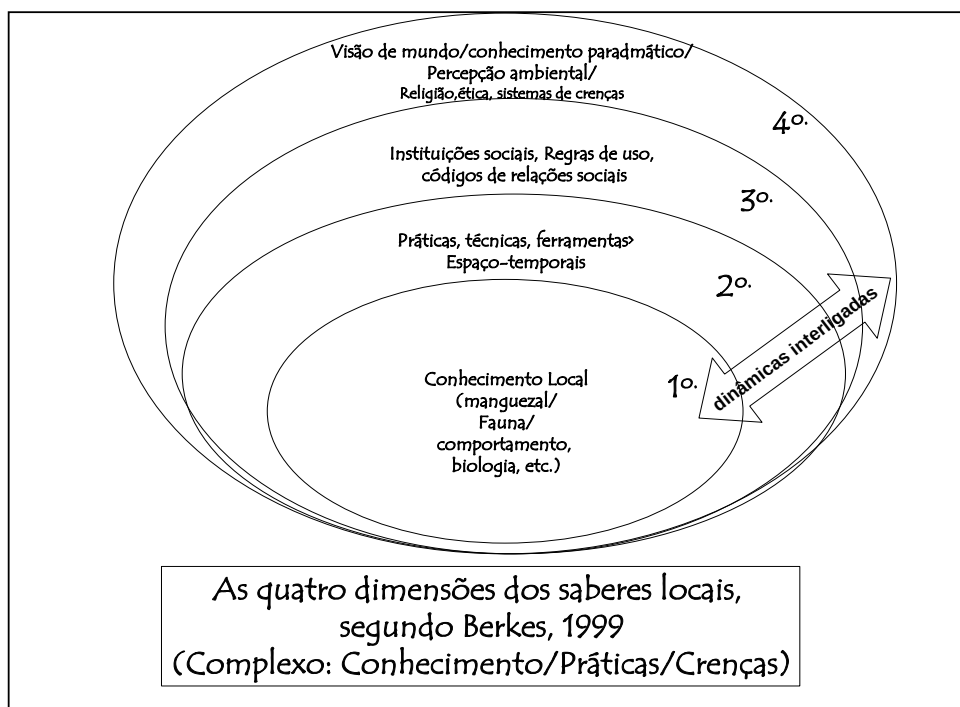
Na dinâmica interativa dos modos de apropriação, o potencial adaptativo do comportamento humano é determinante. Esse potencial está condicionado, segundo VIEIRA & WEBER (1997), à capacidade cognitiva dos grupos humanos analisarem de maneira criteriosa suas chances de sobrevivência por meio de aprendizados e ajustamentos historicamente construídos. Essas dinâmicas de ajustamentos culturais aos ecossistemas têm sido amplamente relatadas para as comunidades pesqueiras no Brasil por estudiosos como DIEGUES (1998), MALDONADO (2002 a; b), CUNHA & ROUGELLE (1989), CORDELL (1983), BEGOSSI (2001), SEIXAS (2002), MIRANDA (2004), entre outros.

A articulação entre os saberes tradicionais e os modos de apropriação é descrito por BERKES (1999), como ***conhecimento ecológico tradicional***. Esse conhecimento ecológico tradicional apresenta quatro dimensões, demonstrando ser *um complexo integrado de conhecimentos práticas e crenças que envolve processos adaptativos e é perpetuado entre gerações por transmissão cultural sobre as relações dos seres vivos (incluindo os humanos) entre si e com o ambiente*.

Dessa maneira, o conhecimento tradicional é tanto cumulativo quanto dinâmico, construído pela experiência e adaptado às mudanças, e é um atributo de sociedades com continuidade histórica no uso de recursos de um ambiente particular (BERKES, 1999: 08). Assim, na análise dos *modos de apropriação* dos recursos comunitários, esse *saber local* não deve ser encarado de maneira pontual, descritiva, mas, sim, de forma articulada e funcional, compreendendo suas inter-relações com as dinâmicas de usos, suas

modalidades de acesso e de controle e transferência de direitos de acesso, bem como de repartição ou partilha *dos recursos*.

Essas dinâmicas interligadas dos saberes locais está explicitada pela organização das quatro dimensões dos saberes locais, exposta no quadro a seguir:



Ao reconhecermos as dinâmicas ambientais como complexas e heterogêneas, e ao observarmos o potencial de interação e de interdependência constante das diferentes populações humanas com seus ecossistemas, é notória a importância de conhecermos melhor cada cultura, de cada região e de cada coletividade, onde cada trabalho, linguagem, costumes, técnicas, ciências, saberes se intercambiam, ao invés de se impor ou de se sobrepor, conforme afirma DIEGUES (1998).

Processos Adaptativos Entre Comunidades Humanas e Ecossistemas

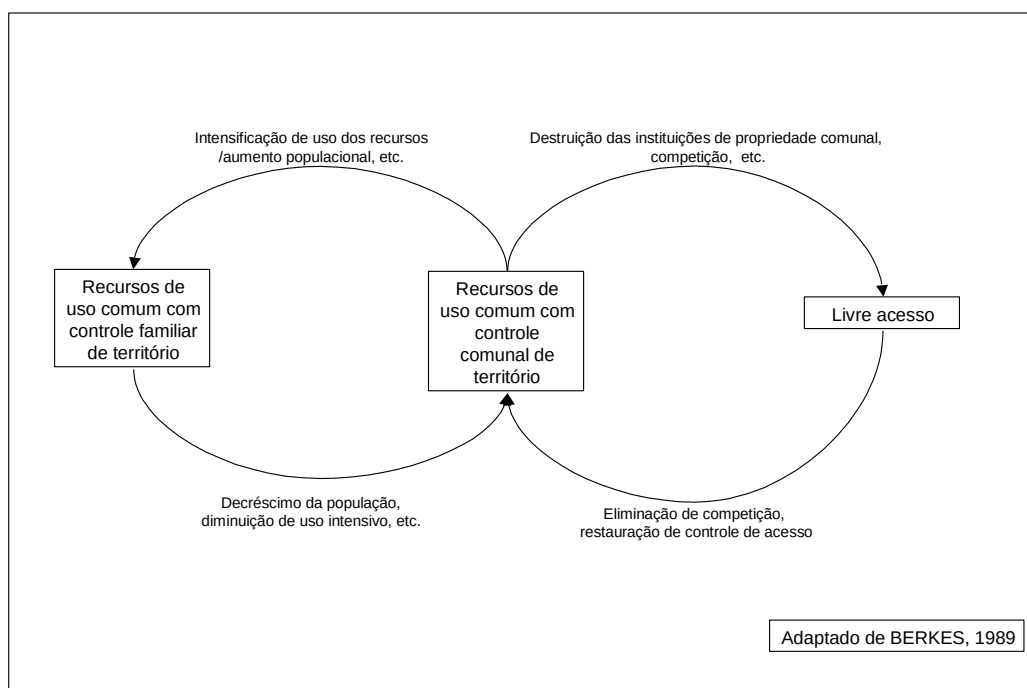
Existem fortes indícios de processos adaptativos co-evolucionários entre ecossistemas e culturas, presentes, principalmente, em sociedades com estreitos vínculos históricos com o ambiente. Essas sociedades são denominadas por DASSMANN (1988 *apud*: DIEGUES & ARRUDA, 2001) como **povos dos ecossistemas**, e são identificadas por suas culturas tradicionais, mantendo interdependência estreita com o ambiente, cujas

estruturas sociais estão profundamente vinculadas às dinâmicas naturais, associadas à pequena produção mercantil (DIEGUES, 1993 *apud*: DIEGUES & ARRUDA, 2001) e ao uso de tecnologias de baixo impacto.

Diversas dessas comunidades que dependem diretamente dos recursos, mantêm determinadas ações conservativas dos recursos explorados, ações essas moduladas por relações sócio-culturais e econômicas, vinculadas inclusive aos saberes ecológicos comunais, indicando que as biodiversidades e as sociodiversidades co-evoluem e co-adaptam-se. Há inúmeros casos relatados em trabalhos como os de MCCAY & ACHESON (1987), BERKES (1989), (1999), DIEGUES (1998), CUNHA & ROUGELLE (1989), BEGOSSI (2001), SEIXAS (2002), MIRANDA (2004) entre outros, que indicam que a apropriação dos territórios e dos recursos naturais, em diferentes sociedades rurais com estrutura comunal, apresenta dinâmicas complexas, condicionadas tanto por eventos ecossistêmicos e abióticos, quanto por fenômenos sócio-culturais e econômicos, sejam eles preditivos ou não.

Dentre essas dinâmicas apresentam-se em três possíveis mecanismos, sejam eles, *seleção por família ou parentesco, seleção de grupo, e reciprocidade*. Esses três mecanismos, por sua vez, atuam em sincronia, quando as populações humanas vivem em um determinado território, com laços de parentesco, e são identificáveis através de uma análise temporal, de historicidade, e espacial, de territorialidade.

Essa dinâmica está expressa no diagrama apresentado na sequência:





Segundo BERKES (1989), a territorialidade tem sido considerada como um mecanismo de auto-regulação comportamental.

Então, assim como esses grupos humanos modificam suas regras de acesso ao longo do tempo, em resposta à escassez diferencial dos recursos, também os mananciais desses recursos podem responder positivamente às diferentes regulações das práticas de exploração³. Portanto, o estabelecimento de regras de conduta ajustado às maneiras de uso e aos territórios de acesso, sejam eles exclusivos ou não, para distintos grupos, necessita de conhecimentos sobre as dinâmicas naturais, em seus ritmos sazonais, circadianos, ou mesmo não preditivos, tanto quanto das heterogeneidades espaço-temporais dos ecossistemas e de seus recursos de interesse específico. Assim sendo, o *conhecimento ecológico tradicional* é chave-mestra de articulação dos mecanismos de ajustes nas apropriações comunitárias.

Nessa perspectiva, o saber local não deve ser encarado apenas de uma maneira pontual, descritiva, mas sim, de forma articulada e funcional, compreendendo suas inter-relações com as dinâmicas de usos, suas modalidades de acesso e de controle e transferência de direitos de acesso, bem como de repartição ou partilha *dos recursos*.

Assim, o conhecimento, os saberes e os costumes nas culturas tradicionais estão entrelaçados em cosmovisões, formações simbólicas e sistemas taxonômicos através dos quais a *Natureza* é classificada, e os usos dos recursos ordenados. A Cultura atribui nestas circunstâncias valores-significado à Natureza, através de suas formas de cognição, de seus modos de nominação e de suas estratégias de apropriação dos recursos.

O Caso das Comunidades Pesqueiras Artesanais e dos Manguezais Paranaenses

“O mangue agora na vida do pescador tem muita importância. Mas se tivesse a produção que tinha antes, né. Porque antes tinha e ninguém mexia nele, bem poucas pessoas. E, agora, querem mas não têm. Porque donde se tira e não se põe, é claro que faz falta. E aquilo não se cria de repente não. Isso custa a se criar ali.”

(pescador artesanal- comunidade de Amparo)

Ao longo dos anos, esses grupos humanos passaram de uma atividade de subsistência, para a pequena produção de pescadores-lavradores, e finalmente para a atual condição exclusiva de pescadores artesanais (DIEGUES, 1983; CUNHA & ROUGELLE, 1989).

³ Entretanto, nem sempre essa relação é direta e linear. As dinâmicas de resposta dos ecossistemas aos diferentes tipos de perturbação são assunto complexo, envolvem uma análise pormenorizada das respostas diferenciais de cada nível do sistema (desde organismo, população, comunidade, e o ecossistema como um todo), considerando a intensidade dessa resposta –fenotípica ou genética, sua qualidade ou tipo (se reguladora, conformadora ou deformadora do sistema), e as escalas temporais e espaciais desses fenômenos (MIRANDA, 2004).



Nesse contexto, a dedicação exclusiva à pesca ocorreu pelo desaparecimento das práticas agrícolas - entre as décadas de 50 e 80 - em função da baixa fertilidade natural dos solos, pela falta de apoio à atividade, por restrições impostas pela legislação incidente no uso do solo, e também pela intensificação da pesca comercial. Já atividades acessórias, como o extrativismo vegetal e a caça (complementar da dieta alimentar), encontram-se coibidas há pelo menos duas décadas, de acordo com regulamentações da legislação ambiental vigente (CUNHA & ROUGELLE, 1989; ZANONI & MIGUEL, 1995).

Também a migração de agricultores do interior para as comunidades ribeirinhas, para tornarem-se pescadores artesanais é um fato marcante na atual formação das comunidades, fenômeno esse que começa no final do século passado e se prolonga até os anos 90.

Atualmente, o pescador artesanal das baías paranaenses utiliza principalmente mão-de-obra familiar, canoas a motor e a remo e outros apetrechos simplificados. Seus produtos principais são o camarão e o peixe, sendo que a extração de ostras e a captura de caranguejos e siris são atividades que se somam na tentativa de suprir o cotidiano da sobrevivência (IPARDES, 2001). Também têm enfrentado diversos tensores na manutenção de seu modo de vida, sejam eles: a presença de uma expressiva frota empresarial, cuja atividade na plataforma costeira tem afetado diretamente a pesca artesanal estuarina; de pólos industriais, de atividades dos Portos de Paranaguá e Antonina; a expansão do turismo e do processo de urbanização no entorno dos atuais centros urbanos; a especulação imobiliária; o desenvolvimento de atividades pecuárias; e o estabelecimento de diversas Unidades de Conservação na região (CUNHA & ROUGELLE, 1989; ANDRIGUETTO-FILHO, 1999).

É nesse contexto de crise da pesca artesanal e de pauperização gradativa deste contingente humano que os recursos bênticos de manguezais têm tomado importância crescente. A mobilização da economia familiar para esta atividade se resume na expressão comumente usada pelos pescadores artesanais:

Nesse processo histórico, os recursos de manguezais passaram a ter importância crescente na economia familiar, quanto maior tornava-se a dependência da atividade pesqueira.

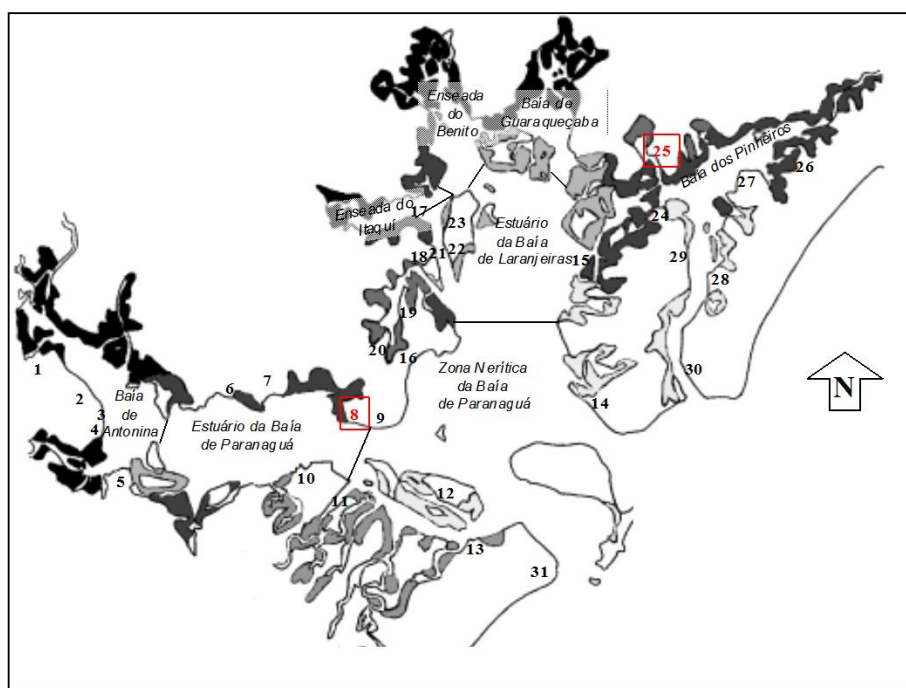
Foi objetivo central desta pesquisa realizar uma diagnose geral das dinâmicas de apropriação das comunidades pesqueiras no complexo estuarino da Baía de Paranaguá, a fim de identificar os usos, saberes, partilhas e possíveis conflitos de usos sobre os ecossistemas de manguezais e de seus recursos bênticos.

Para a realização desse diagnóstico geral, foram realizadas visitas a 31 localidades, em diferentes comunidades do Complexo Estuarino da Baía de Paranaguá. Assim como visitas em entrepostos comerciais, para validar algumas informações, em Pontal do Sul ; e no Mercadinho das Ostras- Paranaguá , e na comunidade da Ponta das Peças/ Ilha das Peças

Ao todo, foram realizadas 39 entrevistas semi-estruturadas (BERKES *et al.*, 2000) com os pescadores artesanais e extrativistas de recursos bênticos de interesse econômico dos manguezais locais (coletores de caranguejos – *Ucides cordatus* –, sururu – *Mytella guyanensis* – e de ostras – *Crassostrea rhizophorae*), bem como com ostreicultores e comerciantes de pescado. Escolheu-se a técnica de entrevistas semi-estruturadas porque esta proporciona um diálogo mais flexível com os entrevistados, além do que, permite aprofundar a interlocução, para que novos tópicos e questões importantes sobre o assunto possam ser trazidos pelos próprios entrevistados. Os roteiros dessas entrevistas encontram-se em MIRANDA (2004).

Vide a seguir o mapa do complexo estuarino da Baía de Paranaguá : (1 a 4) Ponta

da Graciosa de Baixo, Vila dos Polacos, Ponta da Pita e Pinheirinho; (5) Teixeira; (6) Europinha; (7) Eufрасina; (8) Amparo; (9) Piaçaguera; (10) Vila Guarani; (11) Valadares; (12) Cotinga; (13) Maciel;



Ilha das Peças; (15) Guapicum; (16) Praia do Pasto; (17) Enseada do Itaqui (18) Medeiros de Baixo; (19) Medeiros; (20) São Miguel; (21) Maçarapua; (22) Ponta da Mariana; (23) Almeida; (24) Tibicanga; (25) Poruquara; (26) Vila Fátima; (27) Canudal; (28) Barbados; (29) Bertioga; (30) Superagui; (31) Pontal do Sul.



Como esse diagnóstico geral se propôs a caracterizar os tipos gerais de uso e acesso para as baías e enseadas, as diversas vilas visitadas compõem uma única unidade amostral e identificam os tipos de apropriação dos recursos de manguezais para cada mesorregião nesse complexo estuarino. Foram realizados cruzamentos de informações, para validações das informações entre as localidades, bem como entre mesorregiões a fim de compor um cenário geral das dinâmicas de apropriação dessa região.

Também foram realizadas consultas complementares em mapas e ao Censo do IBGE (2000) para estimar, respectivamente, aspectos geográficos e demográficos das regiões em questão.

Para o diagnóstico das dinâmicas de apropriação, foram analisadas as seguintes informações, como recomendam VIEIRA e WEBER (1997): usos dos recursos; modalidades de acesso, de controle do acesso; modalidades de repartição ou partilha dos recursos; e os saberes específicos dos pescadores artesanais.

Nas análises das informações, utilizou-se duas figuras metodológicas indicadas por LEFÈVRE *et al.* (2000): (1) **Expressões-chave** (transcrições literais de parte dos depoimentos, que permitem o resgate do essencial do conteúdo discursivo) e (2) **Idéia central** (que identifica as afirmações que permitem traduzir o essencial do conteúdo discursivo explicitado).

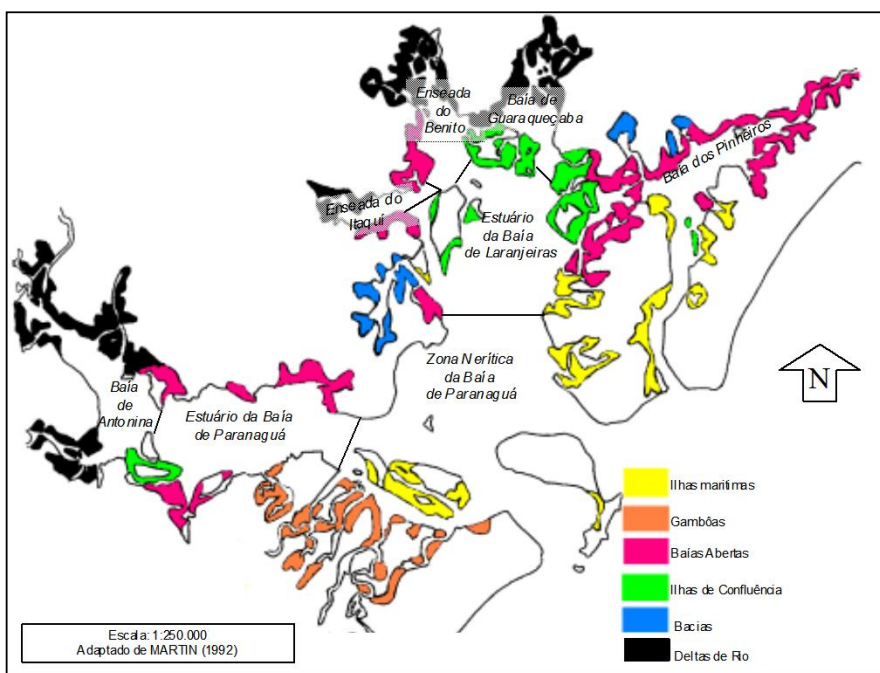
Esses conteúdos foram organizados em sub-temas, quais sejam: técnicas de extrativismo e rendimento de captura, fluxos econômicos e partilhas, acessos e regulações de acessos, conhecimentos sobre a distribuição dos recursos no manguezal e sobre a biologia dos animais.

Ressalta-se que o desenvolvimento metodológico para a pesquisa se valeu da análise da complexidade espacial atribuída pela heterogeneidade ambiental e também pela visão dos sujeitos de pesquisa. Assim, esta primeira etapa de incursões ao campo gerou instrumental para a concretização da etapa empírica seguinte. Nesse sentido, os saberes, hipóteses e premissas dos sujeitos da pesquisa foram tomados em consideração para a determinação das áreas abordadas na investigação em escala microrregional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisar as dinâmicas de uso e de acesso aos recursos bênticos de manguezais é necessário identificar algumas heterogeneidades ambientais desse sistema que influenciam a vida dos pescadores artesanais.

MARTIN (1992) e NAIZOT (1992) em seus extensos estudos sobre os manguezais desse complexo estuarino, organizaram uma tipologia para as formações regionais dos bosques, considerando tanto a composição específica das árvores, quanto as condições físicas de seus substratos, sua origem sedimentar e localização geográfica. Estabelecem, assim, cinco *unidades morfológicas regionais*: bacias, deltas de rios, ilhas de confluência, baías abertas, gamboas e ilhas marítimas. Vide na figura ao lado, as formações regionais dos bosques de manguezais do complexo estuarino da Baía de Paranaguá, segundo MARTIN (1992) e NAIZOT (1992).



No presente estudo apresentar-se-á uma análise geral da situação. Detalhamentos sobre as especificidades das relações de apropriação para cada recurso, considerando as zonas ecológicas desse complexo estuarino, foram abordadas na sequência desta investigação, e serão apresentadas em uma próxima ocasião.

De maneira geral, as atividades extrativistas dos recursos bênticos de manguezais nesse sistema não são homogêneas para todas as comunidades pesqueiras e parecem estar condicionadas primeiramente às estratégias econômicas de cada comunidade, tanto quanto às suas aptidões em relação às atividades pesqueiras.

Também influem diretamente nesse comportamento a diversidade na disponibilidade dos recursos bênticos de manguezais em relação às configurações mesorregionais dos bosques.

Algumas comunidades têm o extrativismo de caranguejos como sua principal atividade econômica, ao longo de todo o período anual (como é o caso das comunidades da Ilha Rasa). Outras se sustentam em grande parte pela extração e cultivo da ostra do mangue (a exemplo de Guapicum e Poruquara). Há ainda aquelas que fazem uso desses



dois recursos em períodos anuais mais restritos, intercalando-os com atividades pesqueiras em geral.

Também o comércio de sururus, apesar de bem localizado, faz parte dessa estratégia que integra as apropriações de recursos de manguezais com as dinâmicas gerais de pesca artesanal.

Para compreender como os recursos de manguezais se integram às apropriações gerais da pesca, é necessário levar em conta também as adaptações dessas atividades às restrições impostas pelas legislações ambientais, bem como a outros fatores, a exemplo das reduções na disponibilidade de recursos pesqueiros nesse sistema e do desemprego nos núcleos urbanos. Esses últimos fatores têm causado a migração de pessoas oriundas de outras atividades econômicas para a pesca e, conseqüentemente, para o extrativismo em manguezais.

A crise geral da pesca artesanal, relatada por diversos autores, como ROUGELLE (1993) e ANDRIGUETTO FILHO (1999), MIRANDA (2004), tem levado à exploração dos ambientes de manguezais, com intensidade crescente.

Entretanto, indica-se um padrão heterogêneo de apropriação dos recursos bênticos de manguezais entre as comunidades, que parecem estar condicionadas, em uma primeira análise, às possibilidades tecnológicas de deslocamento dos diferentes grupos extrativistas, principalmente para a coleta do caranguejo e de ostras.

Também, constata-se a necessidade de conhecimento específico sobre as fisiografias dos bosques e as disponibilidades dos recursos. Observou-se que alguns condicionantes físicos e biológicos do ambiente explorado determinam capacidades específicas de tecnologias de exploração. Além disso, as atividades extrativistas desses recursos são organizadas a partir das relações familiares e de compadrio e, algumas vezes, passam por controles de acesso em determinadas regiões.

Algumas portarias, tanto estaduais quanto federais, tentam impor periodicidades e ordenamentos para essas atividades. Entretanto, o grande impulso para o extrativismo, obviamente, está relacionado às demandas do mercado consumidor e se reflete nas estratégias temporais da pesca artesanal como um todo.

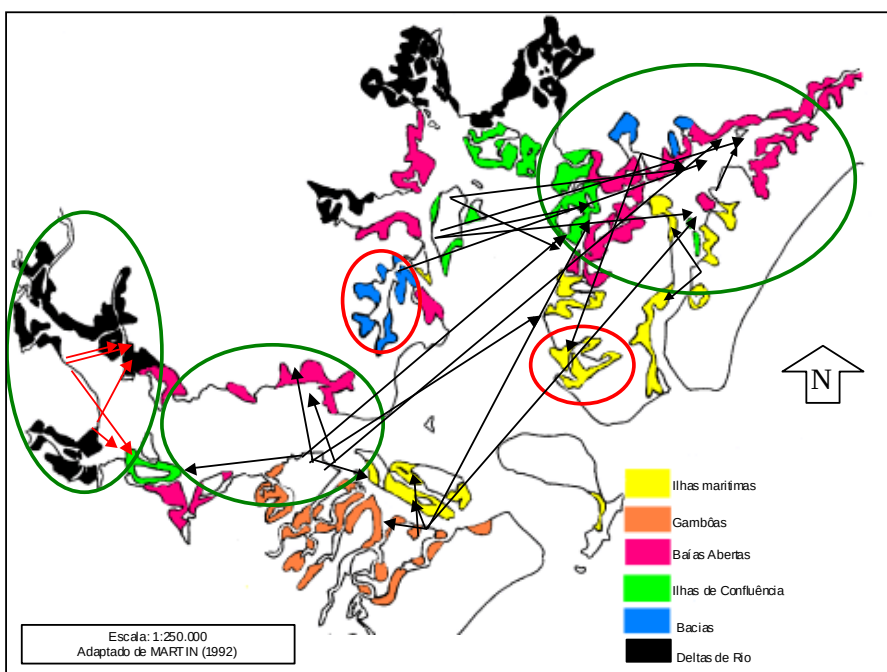
Constatou-se então, que existem diferentes modos de usos e de acessos aos recursos bênticos de manguezais (*Ucides cordatus*, *Crassostrea rhizophora* e *Mytella guyanensis*) no complexo estuarino da Baía de Paranaguá, com impactos diversificados sobre essas populações animais e seus bosques.

Para uma melhor compreensão dessas dinâmicas, apresentar-se-á as relações de apropriação para cada recurso bêntico estudado em outra ocasião.

Dinâmicas de apropriação do caranguejo do mangue *Ucides cordatus*

Os grupos extrativistas que se deslocam a grandes distâncias para coletar o caranguejo provêm principalmente das comunidades da Ilha do Valadares, da Vila Guarani e do Maciel, sul do complexo estuarino, e da região norte, das comunidades do Medeiros de Baixo e da Ilha Rasa (comunidades do Almeida e da Ponta da Mariana). Grupos coletores oriundos de outros Estados⁴ também exploram principalmente os manguezais na região norte da Baía dos Pinheiros. As rotas de deslocamento na extração dos caranguejos pelos grupos extrativistas que vão a grandes distâncias têm ocorrido principalmente na direção da Baía das Laranjeiras e da Baía dos Pinheiros, região citada como *mangues pra*

lá do Guapicum. Vide na figura ao lado, as rotas de deslocamento de grupos extrativistas para a coleta de *Ucides cordatus*, nesse complexo estuarino. As regiões demarcadas com círculos verdes



áreas de apropriação. Aquelas marcadas com círculo vermelho, indicam áreas com determinadas regulações de acesso.

A chegada de grupos extrativistas de outras vilas aos mangues do Guapicum ocorreu após a regulação de acesso que os comunitários da Ponta das Peças passaram a exercer em seus manguezais. Isso demonstra um deslocamento gradativo dos grupos *tiradores* à região norte da Baía das Laranjeiras e Baía dos Pinheiros, o que tem ocorrido há mais de uma década, segundo o relato de diversos pescadores.

O extrativismo dos grupos que se deslocam para além de seus manguezais locais, usando lacinho ou foice, tem sido foco de desagrado geral das comunidades que extraem o recurso em seus manguezais locais, utilizando principalmente a prática da coleta *na*

⁴ principalmente de São Paulo, havendo relatos de grupos oriundos do Rio de Janeiro e até da Bahia (?).



corrida. Entretanto, são raros e localizados os controles de acesso aos manguezais realizados pelas comunidades.

No controle efetuado pela comunidade da Vila das Peças aos seus manguezais locais, parece haver uma concessão de uso apenas para determinadas comunidades, a exemplo da comunidade do Poruquara, que tem recebido permissão para extrair ostras juvenis e adultas dos bosques do rio das Peças. Já o acesso de comunidades como a do Valadares e do Almeida tem recebido restrições de uso, tanto para a coleta de ostras e caranguejo quanto de outros recursos pesqueiros.

Ao se questionar os critérios de concessão de uso para esses grupos coletores, os entrevistados justificaram que as práticas de extrativismo dos grupos aos quais são concedidos os acessos eram menos predatórias (extração por faquinha, para a ostra, por exemplo) que daqueles outros grupos, como Valadares, Medeiros de Baixo e Almeida. Esses últimos costumam usar a foice ou o laço para a extração do caranguejo e arrancar a raiz da Canapuva (*Rhizophora mangle*) para a extração de ostras.

Também outro controle de acesso ocorre na Enseada do Medeiros. Os manguezais dessa região têm sido utilizados apenas pelas comunidades do interior da Enseada, ou seja, Medeiros de Baixo, Medeiros de Cima e Vila São Miguel. Todavia, existem relatos de deslocamento do grupo de Medeiros de Baixo para a extração de ostras e caranguejos em outros manguezais distantes de sua vila de origem.

Os manguezais que têm tido controle de acesso (Enseada do Medeiros e Rios das Peças) são justamente aqueles posicionados geograficamente próximos às comunidades pesqueiras, as quais têm visibilidade para a entrada dos barcos em sua região. Tanto para o rio das Peças quanto para a Enseada do Medeiros existe uma entrada relativamente estreita e a comunidade situa-se próximo a esta. Também, nessas comunidades parece haver alguma organização social e identidade de grupo que tem conferido processos decisórios quanto às determinações de acesso.

Fora dessas duas regiões que demonstram controle de acesso, as demais são apropriadas sem que haja qualquer tipo de restrição evidente.

Na Baía de Antonina, o extrativismo de manguezais é predominantemente local. Entretanto, são conhecidas as excursões de extrativistas que vão, contratados por um empresário local, para coletar caranguejos em manguezais distantes daquela região. Esses extrativistas aparecem com alguma frequência nos manguezais de Amparo, Guapicum, Baía dos Pinheiros, indo também para manguezais no estado de Santa Catarina.



Entretanto, a maioria dos pescadores artesanais de Antonina não se desloca para fora de sua baía, nem mesmo nas imediações do Estuário da Baía de Paranaguá.

Não foi relatada a presença de outros pescadores *de fora* utilizando os bosques da Baía de Antonina. Nessa região, os locais mais utilizados são aqueles às margens dos rios Faisqueira e Quatinga (formação do tipo de deltas de rios, segundo MARTIN, 1992). Também os bosques próximos à Ilha do Teixeira são freqüentados, tanto para a coleta de ostras quanto de caranguejos. As práticas de extração relatadas foram a coleta *na corrida*, na foice e no lacinho. Nessa região, o lacinho ainda é aquele instrumento mais tradicional, com as duas varetas amarradas por um fio de algodão.

A produção de caranguejos nessa região tem ligação direta com o mercado consumidor de Curitiba e também de Santa Catarina, com demandas dos restaurantes desses centros urbanos.

As atividades extrativistas nos manguezais que estão restritas à Baía de Antonina parecem estar condicionadas tanto pelos poucos recursos de navegação quanto por fenômenos climáticos típicos do verão, como os *ventos da tarde*, relatados principalmente como ocorrentes nas proximidades da Ilha do Teixeira.

Pode-se distinguir, então, duas grandes áreas de acesso sem restrição comunal à exploração no complexo estuarino como um todo:

A primeira é a Baía de Antonina, explorada pelas próprias comunidades locais, principalmente nos manguezais de formação de deltas de rio (Faisqueira, Quatinga e Nhundiaquara), a maioria das comunidades pratica deslocamentos equidistantes no extrativismo dos bosques, haja vista que muitas delas se encontram próximas do centro urbano de Antonina.

A outra grande área de exploração do recurso diz respeito a toda a área restante do complexo estuarino da Baía de Paranaguá, com focos específicos de uso, quais sejam: (a) às imediações de Amparo, Eufrasina e Europinha, cujo uso ocorre tanto pelas comunidades locais e também das vilas urbanas de Valadares e de Vila Guarani, em bosques de formação regional em *baías abertas*; e (b) às imediações do Guapicum, cujas formações dos bosques são do tipo de *ilhas de confluência* e *baías abertas*, assim como toda a área ao norte da Baía dos Pinheiros, com formações regionais de bosques de manguezais do tipo *baías abertas*, com pequenas áreas de formação em *bacias* (regiões de Poruquara e Sebuí).

Os grandes deslocamentos de grupos extrativistas para a região norte (Baía dos Pinheiros e Laranjeiras) estão relacionados à possibilidade de coletar animais maiores, devido à sua redução de tamanho em regiões próximas ao centro urbano de Paranaguá



e possivelmente também pela facilidade de acesso das fisiografias dos *mangues pra lá do Guapicum*.

Ao recorrer aos estudos de MARTIN (1992), identifica-se uma similaridade entre as regiões de Amparo e da Baía dos Pinheiros (proximidades do Guapicum), com manguezais com formação em *baías abertas*. Esses bosques são denominados de *Forêt (Florestas)* e *Haut fourrés (bosques altos)*, com mais de 5 m de altura de dossel, e são identificados pelos pescadores como *bosques altos, desembaraçados, bons de correr*.

Essa condição de acesso possivelmente favorece a maior intensidade de extrativismo nas baías ao norte do complexo estuarino. Contudo, mesmo em baías abertas, as condições do ambiente deposicional na formação de baixios impõem a necessidade de conhecimentos sobre o acesso aos manguezais, que apenas moradores locais possuem. A navegação em baixios demanda conhecer as marcações dos pescadores para identificar os canais de acesso. Nos deltas de rios, ou enseadas estreitas, além dessas marcações, há que se reconhecer a localização de afloramentos rochosos, e as condições específicas de acesso para cada trecho do rio, de acordo com o ritmo das marés e as fases lunares específicas. Em determinadas porções dos rios, não é possível passar com embarcações que não sejam a remo. Essas condições ambientais podem impor alguns limites na entrada de extrativistas que vão aos bosques distantes de suas vilas.

As explicações sobre as diferenças de tamanho do animal, comparando as duas grandes regiões, Estuário da Baía de Paranaguá e adjacências e Baía dos Pinheiros, relacionam-se, principalmente, com a intensidade extrativista.

Entretanto, alguns comunitários levantam outras hipóteses a esse respeito.

Não existem estudos sistemáticos sobre o decréscimo do tamanho de captura do animal na região. Entretanto, segundo os comerciantes do Mercadinho das Ostras, em Paranaguá, o mercado exige caranguejos maiores que 7 cm.

É fácil perceber que o lento crescimento da espécie não é compatível com a intensidade da atividade extrativista. Isso já se evidencia nas regiões mais próximas dos núcleos urbanos e naquelas onde a atividade é mais intensa (haja vista relatos semelhantes para os manguezais nas proximidades da Ilha Rasa).

O comportamento compensatório para essa redução de tamanho do animal é o aumento do esforço de captura, seja ele vinculado ao deslocamento dos grupos humanos às maiores distâncias, seja no tempo gasto na coleta propriamente dita. Entretanto, esse esforço está, ao mesmo tempo, minimizado pelas inovações tecnológicas de captura, como no caso do lacinho ou redinha.



Dinâmicas de apropriação da ostra-do-mangue *Crassostrea rhizophorae*

O extrativismo da ostra-do-mangue no complexo estuarino da Baía de Paranaguá ocorre tanto pela coleta direta de ostras adultas nos manguezais, para alimentação familiar e principalmente para a comercialização, quanto pela coleta de juvenis dos bancos naturais, especialmente nos manguezais situados ao norte desse complexo estuarino, para cultivo. Os juvenis coletados são levados aos bancos de cultivo dos próprios extrativistas ou comercializados para outros criadores dessa região e do estado de São Paulo, na região de Cananéia.

A disponibilidade de *C. rhizophorae* nesse complexo estuarino está condicionada à presença de substratos passíveis de fixação. Isto quer dizer que existe disponibilidade do recurso em locais com afloramentos rochosos nas áreas intertidais do complexo estuarino, além daqueles bancos naturais de ostras formados sobre as raízes de manguezais. Entretanto, o interesse do presente estudo, considerou apenas a disponibilidade do recurso condicionada aos bosques de manguezais, de acordo com as heterogeneidades fisiográficas.

Como as próximas etapas empíricas deste estudo demonstram, apesar da exuberante presença dos manguezais nesse complexo estuarino, a disponibilidade de *C. rhizophorae* se dá essencialmente em bosques com ocorrência significativa de *Rhizophora mangle*, principalmente em formações de bosques marginais aos corpos d'água, aquilo que MARTIN (*op. cit.*) denomina como bosques *de borda, ou de bordadura*. Esses sítios preferenciais para ostras podem ser distintos em relação à estrutura e altura de dossel, mas apresentam dominância ou co-dominância de *Rhizophora* em terrenos rebaixados, sob forte influência das marés. Essas condições ambientais para a disponibilidade de ostras nos manguezais evidenciam-se na terceira etapa empírica deste estudo.

Nos estudos de MARTIN (1992), *R. mangle* domina os bosques de bordadura nesse complexo estuarino, em 24% dos casos analisados. O parâmetro utilizado por MARTIN (*op. cit.*) para determinar a dominância da espécie na composição específica dos bosques é sua frequência relativa acima de 70%.

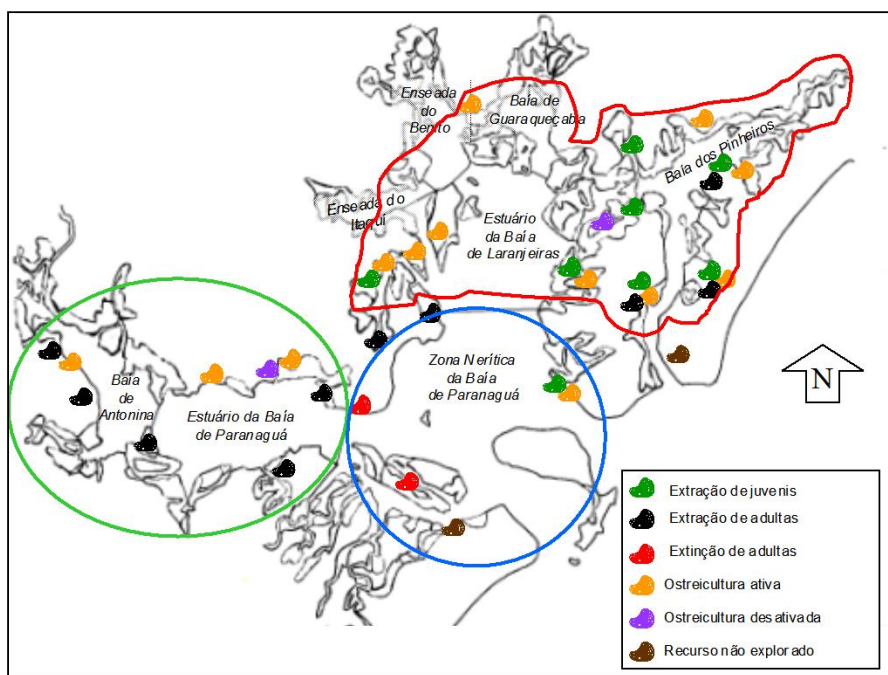
Nesses bosques, as formas de extração do recurso compreendem duas maneiras distintas: extração por *faquinha*, com o descolamento da base da concha cimentada ao

substrato (raiz de *Canapuva*); ou extração por *arrancamento*, quando o banco de ostras é retirado praticamente inteiro, a partir do corte da raiz da árvore.

Essa última forma de extração gera um produto com maior cotação de mercado, tem sido utilizada principalmente por grupos extrativistas que operam distantes de suas vilas e recebem críticas constantes pela comunidade de pescadores artesanais. É considerada uma extração altamente predatória tanto para o bosque quanto para a população animal.

Vide a figura ao lado, que apresenta os usos da ostra-do-mangue no complexo estuarino da Baía de Paranaguá. Os círculos coloridos demarcam áreas com apropriações distintas para o recurso.

Pode-se perceber na figura acima que os usos da



ostra-do-mangue apresentam três grandes áreas do complexo estuarino, com distintas formas de extração e de classes de tamanho dos indivíduos explorados nos bancos naturais.

A primeira área corresponde à Baía de Antonina e ao Estuário da Baía de Paranaguá. Nessa região, é realizado, essencialmente, o extrativismo de ostras adultas, para a comercialização local, nos mercados de Antonina e de Paranaguá.

Há relatos de cultivo insipiente nessas regiões, como em Amparo, Eufрасina, e Baía de Antonina. O cultivo nessas regiões é muito artesanal, sem tecnologia especializada, como ocorre nas regiões da Baía de Laranjeiras e dos Pinheiros. Já na Baía de Antonina, são poucos os criadores de ostras.

A segunda área que se distingue pelo tipo de uso praticado na extração da ostra do mangue é a Zona Nerítica da Baía de Paranaguá. Com exceção feita à vila da Ilha das Peças, essa região atualmente não apresenta exploração significativa do recurso.



Na vila da Ilha das Peças, entretanto, existe tanto o cultivo de ostras quanto a coleta direta de juvenis e de adultas nos manguezais locais. Da mesma maneira, é expressivo o controle de acesso praticado pela comunidade local aos seus bosques de manguezais, com regras de uso tanto para o caranguejo quanto para a ostra, fato que já foi relatado anteriormente.

Já a terceira região compreende as baías de Laranjeiras e dos Pinheiros. Esta última, principalmente em sua porção mais interna, apresenta a exploração de juvenis de ostras nos bosques locais, para utilização em cultivos mais tecnificados, com uso do tipo “travesseiro” e “lanterna”. Um comércio importante de juvenis para o estado de São Paulo e para alguns criadores locais, gera deslocamentos dos extrativistas nos bosques, tanto da Baía de Laranjeiras quanto dos Pinheiros.

Quanto aos acessos e as regulações comunais sobre esse recurso, é importante ressaltar a Portaria do IBAMA, nº 1.747/96, de 22/10/1996, que estabelece, como competência dos superintendentes estaduais desse órgão, construir ações normativas referentes à coleta de sementes de moluscos bivalves em ambientes naturais e definir locais de coleta, espécies e quantidades coletadas por empreendimento de aquicultura/ano, métodos de coleta, tamanhos mínimos e máximos a serem coletados. Entretanto, para o estado do Paraná existe apenas uma portaria, da antiga SUDEPE, nº 46, de 11/12/87, que estabelece regulação de captura para ostras, em todo o litoral de São Paulo, e região estuarina de Paranaguá⁵.

Por sua vez, os cultivos realizados principalmente ao norte do complexo estuarino da Baía de Paranaguá têm usado, em sua maioria, tecnologias de engorda da ostra em cativeiro. Essas tecnologias têm conferido uma demanda de mercado pela extração de ostras entre 3 e 5 cm de comprimento de concha (as quais serão aqui denominadas de *juvenis*) e gerando a coleta intensiva desses indivíduos nas raízes dos manguezais, principalmente dos bancos naturais da espécie ao norte do complexo estuarino⁶.

⁵ Estabelece que o período de defeso anual para a ostra é de 18 de dezembro a 18 de fevereiro. Fora do período de defeso, sua extração ficará restrita a exemplares que apresentem tamanhos entre 5 a 10 cm de comprimento da concha.

⁶ PEREIRA *et al.* (2000) definem fases de vida desses animais: (1) entre 3 a 30 dias de idade (máximo de 12 mm de comprimento de concha) estão na fase de “semente”; (2) de 12 a 24 mm (30 a 50 dias), fase juvenil; e (3) acima de 24 mm (5 meses a 3 anos de idade), fase adulta. Entretanto, desconhecem-se estudos sobre a primeira fase de amadurecimento fisiológico dessa espécie para a região do Paraná. Sobre o primeiro estágio de maturação, há apenas dados de NASCIMENTO *et al.* (1980) para populações do litoral baiano.



Apesar de haver alguns relatos de uma incipiente fiscalização no extrativismo desses animais, principalmente às imediações da Baía de Laranjeiras e dos Pinheiros, são ausentes os estudos sobre estimativas dessa atividade no que se refere a quantidade e tamanho de captura e de comercialização. Também são desconhecidas as condições atuais dos bancos naturais nesse complexo estuarino, principalmente daqueles que ainda possam apresentar parentais.

São frequentes os relatos dos pescadores artesanais sobre a escassez de ostras grandes nos manguezais e o crescimento intensivo de atividades de extrativismo da ostra de menor tamanho, para comercialização nos cultivos.

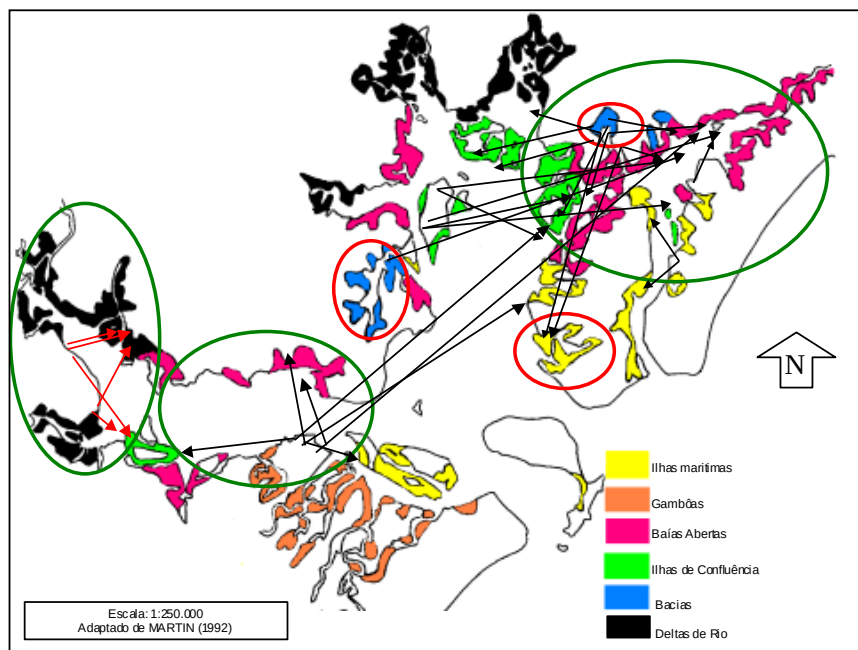
Apesar da diminuição da disponibilidade de ostras adultas nos manguezais da região, os pescadores relatam que as práticas de extração de adultas ocorrem ao longo de todo o ano, sendo mais intensivas nos períodos de verão, condicionadas à maior procura de mercado, pela presença de turistas na região.

A coleta mais intensa de juvenis se dá em períodos mais frios do ano, entre o outono e o inverno. Essa periodicidade de extrativismo parece acompanhar os períodos estabelecidos pela antiga portaria da SUDEPE.

Trabalhos sobre gametogênese e desenvolvimento desses animais, realizados por diversos pesquisadores, como NASCIMENTO (1978), NASCIMENTO *et al* (1980), SILVA & ABSHER (1996; 1997), ABSHER (1989), CHÁVEZ-VILLALBA *et al.* (2002), demonstram que, mesmo havendo uma restrita aplicação dessa antiga portaria da SUDEPE para o complexo estuarino de Paranaguá, o período de defeso sugerido pode estar protegendo as populações de ostras dessa região somente durante sua gametogênese de verão. Assim, esses animais ficam expostos, durante seu período invernal de gametogênese, ao extrativismo massivo nos manguezais ao norte desse complexo estuarino. Todo esse quadro aponta várias incertezas sobre as condições de conservação dos bancos naturais desses animais na região, bem como sobre a efetividade da regulação formal sobre os processos extrativistas. As incertezas sobre a bioecologia das ostras-do-mangue nessa região desafiam estudos urgentes, que possam configurar o estado de conservação das populações naturais para todo o complexo estuarino Lagamar.

Quanto aos acessos aos recursos, parece haver uma similaridade de grupos extrativistas e uso de territórios nesse complexo estuarino da Baía de Paranaguá com aqueles praticados na extração do caranguejo. Assim, a extração da ostra-do-mangue é realizada por distintos grupos: aqueles que as coletam em bosques locais, próximos às comunidades, utilizando basicamente a extração por *faquinha*; e aqueles que se deslocam a grandes distâncias, tanto para a coleta de adultas quanto de juvenis, usando

faquinha ou *arrancamento*. Vide ao lado, na figura, que descreve as rotas de deslocamento de extrativistas de *Crassostrea rhizophorae* no complexo estuarino da Baía de Paranaguá. As regiões demarcadas com círculos verdes indicam as grandes áreas de apropriação. Aquelas marcadas com



círculo vermelho indicam áreas com determinadas regulações de acesso.

É necessário ressaltar que na Zona Nerítica parece não ser mais uma área de grande foco extrativista como foi no passado. Há relatos de diminuição de tamanho de ostras e mesmo extinção de bancos naturais na região. Exceção são os bancos naturais dos manguezais do Rio das Peças, região essa que recebe regulações comunais tanto para o uso do caranguejo quanto para a ostra. No caso das ostras, é permitida a coleta apenas para alguns grupos *de fora*, a exemplo dos extrativistas do Poruquara, usando a prática de extração por *faquinha*, sem a extração das raízes de *Canapuva*.

Assim, a regulação de acesso no extrativismo de caranguejos, descrita para a região da vila da Ilha das Peças e da Enseada do Medeiros, também se efetiva na extração de ostras, com a regulação da entrada para os que são *de fora*, principalmente aqueles que fazem a extração da ostra *arrancando a raiz da Canapuva*.

Na regulação de acesso da Enseada do Medeiros, é permitida a coleta de ostras nos bosques locais somente para os grupos extrativistas oriundos das vilas do Medeiros de Baixo, Medeiros de Cima e Vila São Miguel.

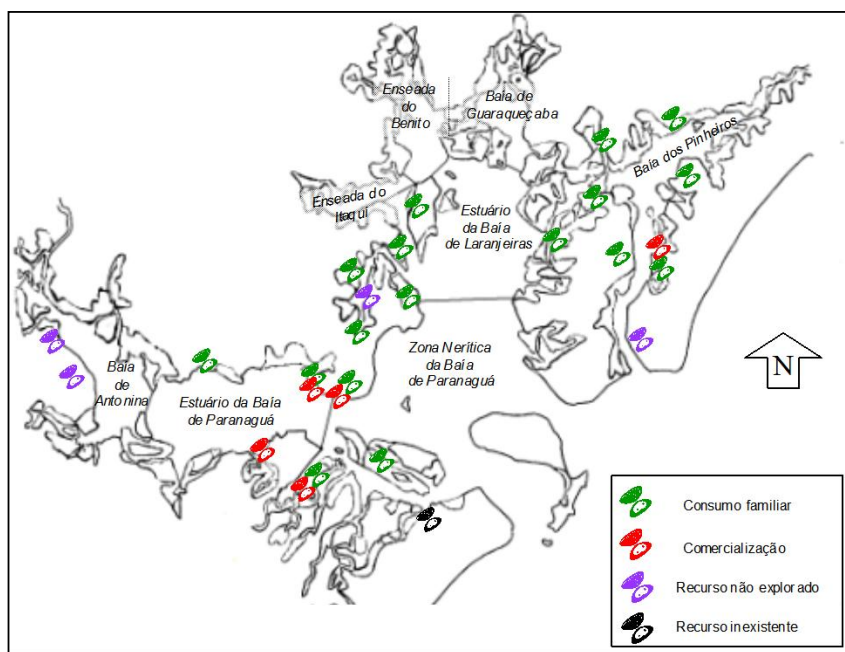
Entretanto, são frequentes os relatos de que grupos do Medeiros de Baixo se deslocam para bosques da Baía dos Pinheiros, “prá lá do Guapicum”, na busca de ostras tanto juvenis quanto adultas, coletando os animais, muitas vezes, por *arrancamento*.

Percebe-se também que a localização específica dos bancos de ostras adultas ainda existentes parece indicar a noção de *segredo*. As respostas são sempre reticentes quando se pergunta onde ainda existem bancos naturais de ostras em manguezais.

Esse comportamento de segredar informações sobre a localização dos bancos remanescentes é esperado, haja vista a intensidade das atividades extrativistas na região, a competição entre grupos extrativistas, e a provável redução da disponibilidade do recurso nas regiões de manguezais.

As dinâmicas de apropriação do sururu *Mytella guyanensis*

O extrativismo sobre o sururu (*Mytella guyanensis*) nesse complexo estuarino ocorre principalmente para a alimentação familiar. E sua comercialização está restrita a determinadas regiões. Ao lado, apresenta-se uma figura que indica os locais e tipos de extração do sururu nas diferentes regiões desse complexo estuarino.



É importante ressaltar que os pescadores artesanais desse complexo estuarino utilizam na alimentação e comercializam outra espécie do gênero, *Mytella charruana*, denominada de *bacucu*. Essa última espécie ocorre nos fundos de canais e gamboas que recortam os estuários e manguezais, mas não no manguezal propriamente dito, e apresenta um importante comércio local, principalmente às imediações da cidade de Paranaguá.



Assim como o bacucu, o sururu tem se apresentado como importante recurso de subsistência para a maioria das famílias de pescadores artesanais na região, como alternativa proteica facilmente disponível. Apesar de pouco explorado comercialmente na região, para aquelas famílias que o fazem, esse recurso compõe uma estratégia econômica importante. Sua extração é sempre manual, e apesar de apresentarem distribuição agregada no substrato dos manguezais, são coletados um a um, extraídos com o dedo, ou por algum tipo de alavanca que desloque os indivíduos do substrato lodoso, sem prejuízo para o banco natural. A exploração comercial do recurso ocorre de maneira bem localizada, principalmente próximo ao centro urbano de Paranaguá e em um ponto da Baía dos Pinheiros, onde há atividade turística mais intensa, a região de Superagüi. O comércio de sururus no mercado de ostras de Paranaguá é basicamente sustentado pelas famílias coletoras da comunidade de Amparo, além de algumas outras, oriundas, principalmente, do Valadares. O comércio realizado na região de Barbados ocorre para turistas e comerciantes da comunidade de Superagüi. Já nas proximidades da Baía de Antonina, os pescadores artesanais não exploram o recurso, alegando a presença de poluentes na região. Com exceção das comunidades da Baía de Antonina e das comunidades muito próximas à desembocadura do complexo estuarino (Maciel e Vila de Superagüi), esse recurso parece ter uso frequente como estratégia de complementação proteica das famílias.

Não se constatou, nesta etapa de pesquisa, nenhum tipo de regulação de acesso nas dinâmicas de apropriação desse recurso. E são raros os deslocamentos de extrativistas para além dos manguezais próximos de sua comunidade para sua coleta.

Em etapas avançadas desta pesquisa, e não contemplados no presente artigo, evidenciou-se saberes relacionados às dinâmicas de apropriação de sururu, a partir de estudos microrregionais na comunidade de Amparo. Nessa comunidade, em função da exploração comercial por determinadas famílias, observou-se uma interessante articulação dos saberes comunitários com suas práticas de exploração do recurso.

Apesar de esse recurso ainda não ter grande expressão na economia familiar da maioria das famílias de pescadores artesanais do complexo estuarino da Baía de Paranaguá, consideram-se importantes os avanços nos estudos que articulam a viabilização de sua exploração de maneira harmônica e viável. Objetivando, principalmente, proporcionar a essas famílias maior diversidade na exploração dos recursos de manguezais, a fim de minimizar a pressão extrativista sobre aqueles recursos



que já demonstram possíveis processos de sobre-exploração, como é o caso do caranguejo-uçá e da ostra.

A Família Mytilidae tem recebido atenção de vários estudiosos em virtude do potencial de exploração comercial (de extrativismo e cultivo) tanto de *Perna perna* quanto de bacucu (*Mytella charruana*) e sururu (*Mytella guyanensis*) (NISHIDA, 1988; VIEIRA *et al.*, 1990). Além disso, essas espécies podem ser bons bioindicadores de poluentes, principalmente de metais pesados (CARVALHO *et al.*, 2000).

É notório, também, o uso comercial e de subsistência das duas espécies de *Mytella* por muitas populações extrativistas ao longo o litoral brasileiro, tendo sido estimado seu potencial na região norte do Brasil em 86.480 toneladas/ano de peso vivo (PAIVA, 1997). Entretanto, não existem portarias específicas de regulação de captura para a espécie, há apenas aquela portaria genérica, nº 1.747/96 (22/11/1996).

Percebe-se, então, que o quanto antes avançarem os estudos sobre *Mytella guyanensis* nesse complexo estuarino (no que diz respeito à sua bioecologia, potencial de disponibilidade, distribuição e abundância, em relação às heterogeneidades ambientais) mais próxima estará a possibilidade de construir estratégias de manejo local que viabilizem dinâmicas de apropriação que harmonizem a exploração e a conservação dos recursos de manguezais.

Conclusões e recomendações para estudos futuros

A presente pesquisa tinha, desde sua concepção, o objetivo de reconhecer as heterogeneidades dos bosques de manguezais como um primeiro indicativo para entender os modos de apropriação de seus recursos. Sabia-se que as heterogeneidades na distribuição dos recursos bênticos podem gerar uma complexidade maior, quando se pretende construir ações de manejo, adequadas para cada tipo fisiográfico e para cada recurso animal. Entretanto, no contato com os sujeitos da pesquisa, percebeu-se que essas premissas iniciais não esgotavam a complexidade da realidade. Foi necessário conceber a apropriação dos recursos bênticos de manguezais como mais uma entre as diversas estratégias econômicas das populações locais. Percebeu-se que os recursos bênticos dos manguezais locais fazem parte de um conjunto de estratégias econômicas ligadas às apropriações dos recursos pesqueiros como um todo, que variam também ao longo do tempo e do espaço.



A pesca artesanal e o extrativismo nos manguezais da região funcionam, de fato, como um sistema integrado e suas dinâmicas espaciais e temporais. As relações simbólicas e materiais dessas comunidades com as heterogeneidades dos ecossistemas e seus recursos condicionam uma dinâmica de relações socioambientais marcada por interdependências ecológicas, econômicas e socioculturais. Essas relações podem ser, ora de solidariedade, ora de rivalidade, tanto dentro das comunidades como entre as comunidades envolvidas. Tais dinâmicas de relações sociais possivelmente condicionam tanto a apropriação dos territórios quanto dos recursos e se refletem nos fluxos econômicos da atividade e nos impasses de regulação territorial.

Além disso, as dinâmicas de apropriação dos recursos bênticos de manguezais nesse complexo estuarino apresentam-se profundamente articuladas com os saberes comunitários sobre as fisiografias dos bosques e sobre a abundância, distribuição e bioecologia dos recursos bênticos explorados comercialmente. E pelo que se depreende, uma certa especialização no extrativismo dessa fauna é um processo relativamente recente e decorre mais da desestruturação de outras atividades tradicionais, como a agricultura e a pesca.

As formas de apropriação também apresentam heterogeneidades, ao se considerar as distintas comunidades da região, ou mesmo ao se comparar comunidades de tamanhos diferentes, como Amparo e Poruquara. Percebe-se que, em comunidades maiores, há uma maior diversificação entre as famílias nas atividades pesqueiras e de manguezais. Também são claras as relações entre a intensidade de pressão extrativista e o crescimento populacional, principalmente no caso dos grupos extrativistas das vilas urbanas da Baía de Paranaguá.

Apesar das restrições impostas pela legislação ambiental, os ecossistemas de manguezais podem ser, na prática, categorizados como de *livre acesso*. Isso porque a atual forma de regulação legal sobre os recursos não se reflete, segundo os pescadores artesanais da baía, em práticas eficazes de sua gestão. A falta de uma regulação efetiva das dinâmicas de apropriação impossibilita o manejo adequado dos recursos, bem como o estabelecimento de regras e códigos de ética no comportamento dos grupos extrativistas.

Contudo, determinadas comunidades exercem, mesmo que restritamente, algumas regulações de acesso aos seus recursos. Isto tem ocorrido principalmente devido à escassez de ostras e diminuição do tamanho disponível de captura de caranguejos em determinados bosques de manguezais. Esse fato tem ocasionado deslocamentos de extrativistas (sobretudo daqueles oriundos de vilas urbanas) para outros bosques,





afetando, conseqüentemente, a atividade extrativista de outras comunidades pesqueiras. Assim, a apropriação comunal e a regulação de uso, mesmo que ainda incipientes na região, são respostas às práticas extrativistas que causam prejuízo ao ambiente, como a coleta de caranguejos com foice (que perfura o solo dos manguezais), o uso de *lacinho* (que abandonado no ambiente pode matar muitos animais), e a coleta de ostras *arrancadas* (que destrói árvores de canapuva –*R. mangle*).

O comportamento de restrição de território observado nessas comunidades é pontual no estuário, mas parece similar ao padrão apontado por BERKES (1989) e PECK & FELDMAN (1986). Estudos posteriores serão importantes para elucidar situações de território compartilhado e relações de parentesco e compadrio, para melhor compreensão dos comportamentos de regulação e de tolerância de acesso aos recursos.

Mesmo que a atual legislação brasileira e estadual de proteção aos manguezais seja embasada em uma concepção ecológica simplificadora, que entende esses ecossistemas como unidades homogêneas, os pescadores artesanais reconhecem as distintas fisiografias dos bosques locais e com elas interagem a ponto de condicionar seus modos de apropriação dos recursos bênticos.

As atividades extrativistas em manguezais da região parecem estar condicionadas pela maior ou menor disponibilidade dos recursos bênticos nos manguezais. Essa disponibilidade depende das fisiografias distintas dos bosques, em escalas meso e microrregionais, e da capacidade específica das tecnologias de exploração desses recursos. Também dependem dos condicionantes físicos e biológicos do ambiente. É possível, ainda, que alguns acessos estejam sendo restringidos por determinados tabus, como no caso observado de Amparo, onde se relata, por exemplo, a existência de manguezais que são “sumidouros de gente” devido ao substrato muito lodoso.

Essa complexidade nas dinâmicas de apropriação dos manguezais da região merece estudos mais extensos e aprofundados, com detalhamentos a respeito dos ajustes nos sistemas social e natural. E é imprescindível incorporar ao manejo legal as lógicas comunais de apropriação desses recursos.

A princípio, ao se pensar em formas de controle de acesso para as distintas regiões de manguezais, percebeu-se a grande dificuldade geográfica para a fiscalização da entrada de grupos de extrativistas nos bosques. Todavia, a questão é muito mais complexa. Pelo que configura a realidade desse complexo estuarino, as relações de solidariedade e de reciprocidade no que diz respeito aos territórios compartilhados tanto para a pesca quanto para a extração dos recursos bênticos nos manguezais passam pelo parentesco e pelo compadrio. Da mesma forma, os usos dos territórios mostram que



existem ajustes para a troca de permissões de acesso entre diferentes grupos, para os recursos pesqueiros e de manguezais.

Assim, a restrição do acesso a esses recursos, não construída ou discutida pelas próprias comunidades, causaria conflitos importantes e provavelmente não seria eficaz. Para analisar a complexidade das relações de uso comum de territórios, é necessária uma articulação entre pesquisadores e as comunidades pesqueiras, num primeiro momento, para configurar as inter-relações territoriais, mapear a localização do acesso aos recursos no tempo e no espaço e identificar os territórios compartilhados entre as diferentes comunidades.

Recomenda-se, então, o mapeamento desses territórios compartilhados e a articulação de fóruns permanentes de discussão sobre as incertezas e os riscos, em relação aos recursos explorados, para cada mesorregião da baía. Da mesma forma, devem ser estabelecidas parcerias efetivas na interlocução entre os saberes, para que os questionamentos e hipóteses dos comunitários possam, cada vez mais, permear os desenhos dos estudos acadêmicos.

Assim, antes de se estabelecer algum ordenamento legal que restrinja mais ainda o modo de vida das populações locais, é essencial aprofundar conhecimentos sobre as inter-relações das comunidades pesqueiras com estudos de mapas de território, levantamento das relações de cada comunidade com as demais e registro das características particulares de cada mesorregião. Devem ser igualmente especificadas as aptidões socioambientais e culturais de cada comunidade, para se compreender o grau de importância econômica dos recursos de manguezais e demais recursos pesqueiros.

De acordo com esse quadro de complexidades, percebe-se que não será praticável a implantação de reservas extrativistas na região, nos moldes em que estas categorias têm sido concebidas pelos órgãos ambientais. A simples exclusão de territórios acabará gerando conflitos e impasses adicionais na região. Será muito delicado para as comunidades o estabelecimento de áreas de exclusão, pensando-se apenas nas demarcações de território. Então, será fundamental também considerar as complexas relações mercantis, o uso comum de territórios e as estratégias particulares de cada comunidade em relação à extração de recursos de manguezais e pesqueiros.

Uma alternativa poderá ser o estabelecimento de acordos de pesca, construídos em fóruns comunitários e interinstitucionais, considerando as situações específicas de cada mesorregião desse ecossistema e abrangendo tanto os recursos de manguezais quanto os pesqueiros. Da mesma maneira, nesses fóruns, será essencial a correta



definição das atuais incertezas científicas e de saberes locais em relação a cada recurso apropriado.

Com esse esforço coletivo, dialógico e interinstitucional, será possível encontrar melhores bases materiais para as decisões de manejo e conservação da fauna e do ecossistema local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABSHER, T. M. 1989. **Populações naturais de ostras do gênero *Crassostrea* do litoral do Paraná**: desenvolvimento larval, recrutamento e crescimento. Tese de doutorado. I.O. /USP. 185 p.

ANDRIGUETTO FILHO, J.M. 1999. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil**. Tese de doutorado, Curso de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná. 242 p.

ANDRIGUETTO FILHO, J.M. 2002. **Sistemas técnicos de pesca no litoral do Paraná: caracterização e tipificação**. In: RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA, P.; FLORIANI, D.; BEGOSSI, A. 2001 Cooperative and territorial Resources: Brazilian Artisanal Fisheries. In: BERKES F, FEENY D, MCCAY BJ, ACHESON JM. 1989. **The benefits of the commons**. Reprimed of nature.

BERKES, F. 1989. Cooperation from the perspective of human ecology. *in*: BERKES, F. 1989. **Common property resources. Ecology and community-based sustainable development**. Belhaven Press. : 70 –88.

BERKES, F. 1999. **Sacred ecology: traditional ecological knowledge and resource management**. Taylor and Francis Press. 209 p.

BERKES, F. & FAVAR, T. 1989. Introduction and overview. In: BERKES, F. **Common property resources. Ecology and community-based sustainable development**. Belhaven Press.: 1-17.

BERKES, F.; MAHON, R. McCONNEY, P. POLLNAC, R. & POMEROY, R. 2000. **Managing small-scale fisheries. Alternative directions and methods**. IDRC CRDI. <http://www.idrc.ca/books/focus/943/foreword.html>

BROGIM, R. 2001. **Heterogeneidades estruturais, distribuição espacial e correlações entre a vegetação e gradientes ambientais em manguezais das Baías de Paranaguá e Antonina (Paraná)**. Tese de Doutorado. UFPR.

BRÜSEKE, F.J. 1998. O problema do desenvolvimento sustentável In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**.: 29-40. 2. ed. São Paulo: Cortez. São Paulo.

CORDELL, J. 1989. **A sea of small boats**. Cambridge, Cultural Survival, Inc.

CORDELL, J. 1983. **Locally managed sea territories in Brazilian coastal fishing**. Rome, FAO.

CUNHA, L.H.; ROUGELLE, M. 1989. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental**: convivência e conflitos; o caso de Guaraqueçaba. São Paulo: NUPAUB-USP.

CUNHA; L.H.; MADRUGA, A.M. & DIEGUES, A.C. 1992. **Reserva extrativista para regiões de mangue**: uma proposta preliminar para o estuário de Mamanguape – Paraíba. Nupaub. Série Estudos de caso, n. 4. 84 p.

DIEGUES, A . C. 1998. **O mito moderno da natureza intocada**. Editora Hucitec. São Paulo. 2ª. edição. 169 p.

DIEGUES, A. C. & ARRUDA, R. S.V. 2001. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Série Biodiversidade 4: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Brasília/ USP, São Paulo. 176 p.

DIEGUES, A.C. 1983. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática.

DIEGUES, A.C. 2001 a. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NUPAUB/USP. 225p.

DIEGUES, A.C. 2001 b. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP.

FENNY, D. BERKES, F. McCAY, B.J. & ACHESON, J.M. 2001. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A.C. & MOREIRA, A.C. **Espaços e recursos de uso comum**. :17-42.

HARDIN, G. 1968. The tragedy of the commons. **Science**, **162**:1243-1248.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE 2000. Censo demográfico. <http://www.ibge.gov.br/censo>.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). 2001. **Zoneamento da APA de Guaraqueçaba**. S.E.P.L. /IPARDES, Curitiba, Brasil, 150 p.

LANA, P. C. 1998. Manguezais: diagnóstico, conflitos e prognósticos. In: Lima, R.E & Negrelle, R.R.B. (orgs.). **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná. Diagnóstico**. Editora da UFPR. 105-115.

LEFÈVRE, J. LEFÈVRE, M. & TEIXEIRA, A. 2000. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. EDUSC.

MALDONADO, S. 2002 a. **A caminho das pedras: percepção e utilização da pesca simples**. São Paulo: Hucitec.

MALDONADO, S. 2002 b. **No mar: conhecimento e produção**. São Paulo: Hucitec.

MARTIN, F. & LANA, P. C. 1994. Aspectos jurídicos relativos à proteção dos manguezais da Baía de Paranaguá. Anais do III Simpósio de Ecossistemas da Costa Brasileira, **Academia de Ciências do Estado de São Paulo, Publicação ACIESP**, **87** (1): 107-112.

MARTIN, F. & ZANONI, M. 1994. Conflits d'usage sur les mangroves de la Baie de Paranaguá, Paraná, Brèsil. Urbanisation et preservation ou utilisation rationnelle des ressources? **Journ. D'Agric. Trad. Et de Bota. Appl., nouvelle série**, **36** (2) : 237-260.

MARTIN, F. 1992. **Étude de l'écosystème mangrove de la Baie de Paranaguá (Paraná, Brèsil)**: Analyse des impacts et propositions de gestion rationnelle. These de doctorat de l'Université Paris VII, UFR de Biologie, Paris, 289 p.

Mc KEAN, M. A . & OSTROM, E. 2001. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A.C. & MOREIRA, A.C. **Espaços e recursos de uso comum**. Nupaub-USP, São Paulo. : 79-96.

McCAY, B.J. & ACHESON, J.M. 1987. **The question of the commons. The culture and ecology of communal resources**. University Arizona Press. 439 p.

MIRANDA, R. B. 2004. **Dinâmicas de apropriação e saberes comunais dos manguezais e de seus recursos bênticos de interesse econômico no complexo estuarino da baía de Paranaguá, Paraná**. Tese de doutorado. Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento –

Universidade Federal do Paraná – Université Paris 7 – Université Bordeaux 2. UINIVERSIDADE FEDERREAL DO PARANÁ. 349 p.

NAIZOT T. 1992. Géographie de la Baie de Paranaguá (Paraná, Brésil): apport des données satellitaires a l'étude des marais a mangroves. **D. Sc. Thesis, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, France, 3 vols.**

NASCIMENTO, I. A . & PEREIRA, S. A . & SOUZA, R.C. 1980. Determination of the opitimun commercial size for the mangrove oyster (*Crassostrea rhizophorae*) in Todos os Santos Bay, Salvador, Brazil. **Aquaculture**, **20**: 1-8.

NASCIMENTO, I. A . & PEREIRA, S. A . 1980. Changes in the condition index for mangrove oysters (*Crassostrea rhizophorae*) from Todos os Santos Bay, Salvador, Brazil. **Aquaculture**, **20**: 9-15.

NASCIMENTO, I. A . 1978. **Reprodução das ostras de mangue *Crassostrea rhizophorae* (Guilding, 1828) : um subsidio ao cultivo.** Tese de doutorado. I. B. /USP. 200 p.

OSTROM, E. 1987. Institutional arrangements for resolving the commons dilemma: Some contending approaches. In: McCAY, B.J. & ACHESON, J.M. (eds.) **The question of the commons.** Tcson, University of Arizona Press.:25-265.

ROUGEULLE, M.D. 1989. Pesca Artesanal, Tradição e Modernidade: pescas artesanais de Guaraqueçaba. **Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil**, São Paulo, pp. 281-288.

ROUGEULLE, M.D. 1993. **La crise de la Pêche Artisanale: transformation de l'espace et d'estructuration de l'activité – le cas de Guaraqueçaba (Paraná, Brésil).** Tese de Doutorado, Universidade de Nantes, 410 p.

SEIXAS, C. S. 2002. **Social-ecological dynamics in management systems: investigating a coastal lagoon fishery in Southern Brazil.** Tese de Doutorado. Natural Resources Institute. University of Manitoba. Canada. 265 p.

SILVA, G. B. 1994. **Variação temporal e espacial de larvas de *Crassostrea* (Sacco, 1897) (PTEROIDA: OSTREIDAE) na Baía de Paranaguá, Paraná.** Dissertação de Mestrado em Zoologia. UFPR. 83 p.

SILVA, G.B. & ABSHER, T.M. 1996. Variação temporal de larvas de ostras do gênero *Crassostrea* Sacco, 1897 (Ostreoida: Ostreidae) na Baía de Paranaguá, Paraná. (Lat. 25°16'34"S; Long. 48°17'42"W). **Arq. Biol. Tecnol.** **39** (4):903-910.

SILVA, G.B. & ABSHER, T.M. 1997. Distribuição de larvas de ostras do gênero *Crassostrea* Sacco, 1897 (Ostreoida: Ostreidae) na Baía de Paranaguá, Paraná. (Lat. 25°16'34"S; Long. 48°17'42"W). **Arq. Biol. Tecnol.** **40** (10): 39-45.

VIEIRA, P. F. 1998. Gestão patrimonial de recursos naturais: construindo o ecodesenvolvimento em regiões litorâneas. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável.** 2. ed. :29-40. São Paulo: Cortez.

VIEIRA, P.F. & WEBER, J. 1997. Introdução geral: sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J.(orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez. :17-49.

WEBER, J. 1997. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J.(orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez. :115-146.